



ENTREVISTA

Érica Bonfante

Obrigações alternativas podem ser uma opção na aplicação de sanções por descumprimento de TACS

PÁGINA 11

Ano V nº 57 - OUTUBRO 2010

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Entidades apoiam manifesto em favor da lei da Ficha Limpa

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) foi representada, na solenidade em apoio à lei Ficha Limpa, por seu presidente Sebastião Vieira Caixeta, que reafirmou o posicionamento da entidade favorável à adoção de medidas cada vez mais eficazes no combate à corrupção eleitoral. Um manifesto em favor da aplicação imediata da lei foi encaminhado aos ministros do STF.

▶ PÁGINA 5



Foto: Ascom/ANPT

Planejamento estratégico do MP brasileiro começa a se tornar realidade



Foto: Ascom/ANPT

O planejamento estratégico do Ministério Público começou a ser discutido em reunião no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com a participação da ANPT. As peculiaridades de cada um dos ramos do MP devem ser levados em consideração na execução do planejamento.

▶ PÁGINA 3

SEMINÁRIO

Vice-presidente defende competência da Justiça do Trabalho

Página 9

ANPT

Colégio de delegados da Associação reúne-se pela primeira vez em Brasília e elege seu presidente

Página 7

Caro Associado,

O Conselho Nacional do Ministério Público realizou, com a participação de procuradores-gerais e presidentes das associações, reunião para dar início à discussão do planejamento estratégico do Ministério Público brasileiro. O desafio será buscar a convergência de metas que levem a uma visão comum de futuro, mas que, ao mesmo tempo, respeitem as especificidades de cada instituição. A ANPT acredita que encontrar esta fórmula é perfeitamente possível. Temos a convicção de que a iniciativa pode reverter no aperfeiçoamento da atividade institucional e para que sejam alcançados os objetivos do Ministério Público.

Nós jamais nos conformamos com os limites impostos à competência da Justiça do Trabalho. Há um verdadeiro descompasso entre os anseios da sociedade, representada no Congresso Nacional, e a interpretação restritiva assumida pelo Supremo Tribunal Federal. Acreditamos que isso seja reflexo de um desconhecimento pelos demais ramos do Judiciário a respeito da eficiência e correção técnica do Judiciário trabalhista. Apesar do cenário desfavorável, não desanimamos nesta luta. Exemplo disso é a palestra proferida pelo vice-presidente da ANPT no seminário promovido pela AMATRA 13, em que a preservação da competência da Justiça do Trabalho foi defendida.

É verdade que o calendário eleitoral desacelerou as atividades associativas no Congresso Nacional. Mas, aproveitamos este intervalo para o debate interno entre as diversas associações, como a reunião do Grupo Representativo do Ministério Público. Aliás, a propósito das eleições, um dos temas debatidos foi o exercício de atividade político-partidária por promotores e procuradores. A total proibição do exercício de cargo eletivo, num legislativo totalmente setorizado, deixa-nos em situação de desigualdade no embate político.

Ainda sobre eleições, participamos de manifesto em defesa da Ficha Limpa (lei complementar nº 135/2010). Este projeto, agora transformado em Lei, sempre contou com o nosso apoio e continuaremos na luta pela sua total efetividade. Uma novidade na vida associativa foi a realização da primeira reunião do colégio de delegados em Brasília, exigência estatutária finalmente cumprida. Significa também o cumprimento do programa de trabalho referendado pela categoria, com a eleição da atual diretoria, no sentido de se fortalecer o papel desempenhado pelos delegados, o que muito favorecerá a democracia associativa.

A diretoria da ANPT esteve reunida para tratar dos últimos detalhes para a realização do 22º ENPT. O grupo definiu, ainda, as primeiras providências para a realização do XVI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), que será realizado em 2011. Boa leitura!

Diretoria ANPT

CNMP confirma afastamento para exercício de mandato classista

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) decidiu, no dia 28 de setembro, por unanimidade, que o afastamento do presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Carlos Alberto Cantarutti, para o exercício do mandato classista é legal e constitucional. A licença era questionada em representação apresentada pelo promotor de Justiça Diaulas Ribeiro. Segundo ele, o afastamento não teria amparo legal e, conseqüentemente, os atos da administração superior do MP que estabeleceram a liberação deveriam ser anulados por suposto vício de ilegalidade. O CNMP julgou improcedente a representação. A ANPT, juntamente com as outras associações do MP, atuou como assistente no caso. **N**

Site da ANPT de cara nova

A página da internet da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) está com novo layout. Desde o mês de setembro, o site tem passado por reformulações que vão desde a mudança de sua estrutura externa até a área restrita.



O objetivo das alterações foi tornar o site mais moderno e dinâmico, de maneira a facilitar o acesso às notícias da Associação e, também, proporcionar mais interação entre os associados e a entidade. A área de acesso restrito ganhou uma repaginada. Nessa parte constam assuntos jurídicos, de contabilidade, atas, os convênios e as fotos dos eventos realizados pela Associação, como os encontros nacionais e os congressos. Os assuntos legislativos, de relações institucionais e governamentais ganharam uma página mais interativa e completa, que facilita a leitura. Faça uma visita ao site da ANPT e confira as novidades. Acesse: www.anpt.org.br e boa leitura. **N**

EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Catarina Von Zuben
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA

Raulino Maracajá Coutinho Filho
DIRETOR

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.400 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Planejamento estratégico do Ministério Público brasileiro é discutido no CNMP

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) discutiu, no dia 30 de setembro, o planejamento estratégico do Ministério Público do Brasil. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, participou da reunião que contou também com a presença de diversas autoridades dos diferentes ramos do MP. A presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, conselheira Cláudia Chagas, apresentou o projeto, incluindo uma proposta de atividades com início já em outubro. “Respeitando-se as autonomias e a independência funcional vamos buscar metas comuns, que poderão contribuir para a maior eficiência do Ministério Público”, destacou.

Para Caixeta, a iniciativa do CNMP em criar o planejamento é louvável porque lida com a principal atribuição do Conselho que é pensar um Ministério Público (MP) com unidade, integrado. Mas, segundo ele, para alcançar esse objetivo será necessário o envolvimento de procuradores-gerais, presidentes de associações e, inclusive, dos membros do MP de todo o país.

O planejamento estratégico já é uma realidade em diversas instituições, como no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) e no Ministério Público do Trabalho (MPT). Caixeta lembrou que no MPT, o planejamento está em pleno funcionamento e já apresenta resultados. Mas, até chegar nesse momento, foi necessário um bom diagnóstico da instituição. “Acho que é importante para esse Conselho uma interface com o diagnóstico que está sendo realizado, com a participação de todas as entidades de classe. É importante também o conhecimento da realidade de todos os ramos do MP”, disse.

Outro ponto observado pelo presidente foi a necessidade de se pensar na amplitude desse planejamento, que, segundo ele, tem de ser a mais larga possível sem deixar de pensar na autonomia dos diversos ramos do MP e nas suas especifi-



Presidente da ANPT: “Tenho certeza que teremos um planejamento estratégico que irá engrandecer ainda mais o MP”

idades. “Tenho certeza de que teremos um planejamento estratégico que irá engrandecer ainda mais o MP, resgatando a sua missão constitucional e dando à sociedade uma resposta efetiva reafirmando, mais uma vez, e de modo definitivo, a unidade do Ministério Público brasileiro”, completou.

O presidente da ANPT reforçou ainda a necessidade de atenção especial para a questão da atividade meio, pois, segundo ele, atualmente não há condições de ir em busca da expansão do MP, porque os recursos são limitados. “Temos que buscar focar na questão da eficiência, no fazer mais com o que a gente tem disponível”, disse. Para isso, uma gestão profissionalizada, científica e planejada se faz necessária, mas sem deixar de levar em consideração no planejamento estratégico as diferentes realidades dos Ministérios Públicos, tanto dos Estados quanto nos ramos do MPU, seja em re-

“É necessário um bom diagnóstico do MP brasileiro para que o planejamento estratégico seja um sucesso”

lação a servidores quanto nas necessidades materiais do dia a dia.

Caixeta lembrou, também, a recente lei aprovada no Congresso Nacional que cria cargos de servidores e funções comissionadas, o que para ele representa uma necessidade no âmbito do planejamento estratégico, porque há necessidade de garantir recursos para o provimento dos cargos criados.

Além do presidente da ANPT, participaram da reunião os conselheiros Achiles Siquara, Mario Bonsaglia e Luiz Moreira, o procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, a procuradora-geral da Justiça Militar, Cláudia Ramalho Luz, a procuradora-geral do Distrito Federal, Eunice Amorim, o procurador-geral de Justiça da Paraíba, Oswaldo Trigueiro, o secretário-geral do Ministério Público Federal, Lauro Pinto Cardoso, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Antônio Carlos Bigonha, o presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Carlos Alberto Cantarutti, o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), César Mattar Jr., o vice-presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Ailton José da Silva, o procurador-geral de Justiça de São Paulo e presidente eleito do CNPGE, Fernando Grella e o procurador-geral de Justiça de Goiás, Eduardo Abdon. **■**

Design Electrolux

Referência internacional em exposição na sua casa



Os produtos com o símbolo ao lado foram escolhidos, para participar da Bienal Brasileira de Design 2010, pelas suas propostas de inovação e sustentabilidade.



Lavadora de louças LE09X

Inox, 9 serviços, 6 programas de lavagem, tecla Adiar Início, interior em aço inox.
de ~~R\$ 1.799,00~~ por apenas:

R\$ 1.401,47

10x de R\$ **140,15**
sem juros + frete*



Refrigerador Infinity D180X

542 litros, duas portas, Frost Free, inox, água na porta, Ice Maker, filtro de água.
de ~~R\$ 4.799,00~~ por apenas:

R\$ 3.487,34

10x de R\$ **348,73**
sem juros + frete*



Micro-ondas MEC41

31 litros, painel Touch on Glass, porta espelhada, acabamento total em aço inox, grill, Menus Meus Favoritos e Gourmet.
de ~~R\$ 649,00~~ por apenas:

R\$ 480,42

10x de R\$ **48,04**
sem juros + frete*



Condicionador de Ar Split HI09F/ HE09F

Novo modelo split, eletrônico, frio, 9 mil BTUs.
de ~~R\$ 1.399,00~~ por apenas:

R\$ 1.038,00

10x de R\$ **103,80**
sem juros + frete*

Ganhe + 5% de desconto
Pagamento à vista no boleto ou depósito bancário

Tudo em até **10X**
sem juros



Para consultar estes e outros modelos Electrolux ligue:

0800 7029 222

Horário de atendimento:

Segunda a sexta, das 8h às 20h30 e aos sábados, das 8h às 18h, ou acesse nosso site:

www.electrolux.com.br/associados

Login: ANPT e Senha: MATRÍCULA DE ASSOCIADO

Electrolux



O kit para instalação do seu Split está disponível no Serviço Autorizado Electrolux com preços especiais. Acesse www.electrolux.com.br e descubra o Serviço Autorizado mais próximo de você.

*Valores de frete de acordo com a localidade de entrega, verifique em nosso teleatendimento ou via site. As promoções deste anúncio são válidas até 15/11/2010 ou enquanto durarem os estoques. As condições e os preços descritos são válidos para pagamento via cartão de crédito.

Pensando em você

Electrolux

Entidades lançam manifesto em defesa da lei da Ficha Limpa dirigido a ministros do STF

No dia 21 de setembro, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Cai-xeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram do lançamento do manifesto em defesa da lei da Ficha Limpa (lei complementar nº 135/2010). O documento foi direcionado aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que apreciariam a constitucionalidade da lei no dia 22 de setembro. A solenidade aconteceu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A lei da Ficha Limpa foi aprovada pelo Congresso Nacional em maio deste ano e sancionada pelo presidente da República em junho, mas até hoje a sua constitucionalidade é objeto de discussão. Na solenidade, o presidente da ANPT afirmou que seria necessário “confiar na sensibilidade dos ministros do STF, que certamente dariam à sociedade uma resposta plausível”. Cai-xeta lembrou ainda que a vontade da população deveria ser levada em conta, pois trata-se de exercício da democracia. “Está comprovado por pesquisas que o povo brasileiro quer que a lei seja aplicada ainda neste pleito”, confirmou.

O presidente da OAB, Ophir Cavalcante, também falou sobre a necessidade da aplicação da lei da Ficha Limpa para este ano. Segundo ele, negar a sua validade para estas eleições seria uma grande frustração para a população brasileira. “Chega de dinheiro em cuecas, em meias, chega de mensalões. A ficha limpa veio para tentar limpar um pouco este país”, enfatizou.

O manifesto, assinado por juristas e representantes da sociedade civil brasileira, destaca que a sociedade aguarda a confirmação da constitucionalidade da Ficha Limpa pelo Poder Judiciário, “como medida de concreção do parágrafo 9º do artigo 14 da Constituição Federal, a proteger a probidade e a moralidade para o exercício dos mandatos eletivos”. O documento destaca ainda a representatividade da legislação para a sociedade, uma vez que a Ficha Limpa é uma lei de iniciativa popular. “A Lei da Ficha Limpa é uma conquista da democracia brasileira, estando definitivamente incorporada às nossas instituições políticas”, diz o manifesto.

No dia 22 de setembro, o STF começou o julgamento do então candidato ao governo do Distrito Federal, Joaquim Roriz, que questionava a validade e a abrangência da lei da Ficha Limpa. A Corte deveria decidir se permitiria ou não a candidatura de Roriz. Em caso negativo, a constitucionalidade da lei não poderia ser mais questionada e já entraria em rigor este ano. Após muitas discussões e um empate de 5 a 5 entre os ministros, a sessão foi suspensa por um pedido de vista.

No dia 29 de setembro, o STF decidiu arquivar o recurso do candidato por entender que teria havido “perda de objeto”, tendo em vista que Joaquim Roriz desistiu de concorrer nas eleições. Dessa forma, fica valendo, até que o STF venha a se pronunciar sobre a questão, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no sentido de que a lei da Ficha Limpa não



Foto: Ascom/ANPT

representa retroatividade e pode produzir efeitos em 2010. No entanto, a Suprema Corte somente deverá tratar dessa discussão quando um novo recurso abordando tal matéria vier a ser julgado.

Além do presidente da ANPT, entre as autoridades que assinaram o manifesto estão os presidentes da CONAMP, César Mattar Jr, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Mozart Valadares, e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy.

MCCE

No dia 24 de setembro, após a indecisão do STF e a renúncia do candidato ao governo do DF, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) divulgou, por meio de nota e coletiva de imprensa, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sua manifestação quanto aos últimos acontecimentos. Representantes das entidades que apoiam a lei estiveram presentes.

O Movimento comemorou os resultados obtidos até o momento e não encarou o empate do STF como uma derrota. Parte da nota divulgada pelo MCCE destaca a confiança no Supremo Tribunal Federal. “O Movimento deposita a sua confiança no STF, ciente da sua autoridade de intérprete mais elevado da Constituição, certo de que, na primeira oportunidade, a Corte reconhecerá formalmente a constitucionalidade e a eficácia imediata da lei da Ficha Limpa”, diz o texto.

Quanto à renúncia de Joaquim Roriz, o juiz eleitoral e membro do MCCE Marlon Reis destacou que ela deve ser vista como uma fuga da lei Ficha Limpa. “A renúncia mais uma vez é usada pelo mesmo personagem com danos para a sociedade”, disse o juiz lembrando que Roriz renunciou, também, em 2007 ao mandato de parlamentar para escapar de um processo por quebra de decoro no Conselho de Ética do Senado. **■**

ANPT participa da abertura de curso de análise de documentos trabalhistas e contábeis

Foi realizada, no dia 13 de setembro, a abertura do II módulo do curso de análise de documentos trabalhistas e contábeis, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, compôs a mesa de abertura.

Sebastião Caixeta saudou os participantes e lembrou que duas Procuradorias Regionais do MPT têm transmissão em tempo real, a de Porto Alegre e a de Curitiba. O procurador ressaltou ainda a importância de realização do curso e congratulou a administração da Instituição. “Esse curso é de extrema importância, pois facilita para que os membros do MPT possam dar uma resposta de melhor qualidade para a sociedade, que é a maior beneficiada”, afirmou.

O presidente da ANPT informou aos participantes que naquela semana aconteceria a primeira reunião de delegados da entidade, em Brasília. O grupo viajou exclusivamente para discutir os interesses da categoria, na sede da Associação. “Os delegados são o maior meio de interação da diretoria com os associados. Eles podem nos auxiliar em como trabalhar para melhorar o dia a dia dos procuradores”, lembrou. Na mesma semana aconteceu também reunião de diretoria.

O coordenador do curso, Roberto Portela Mildner, informou que o objetivo é instrumentalizar os membros do MPT



Sebastião Caixeta lembrou a importância da especialização dos membros do MPT

Foto: Ascom/ANPT

com ferramentas para análise de documentos trabalhistas e contábeis. Além disso, a troca de experiências entre os participantes foi destacada por ele como fundamental para o sucesso do curso.

Além do presidente da ANPT, a abertura do curso contou também com a presença do procurador regional do Trabalho e chefe de gabinete do procurador-geral do Trabalho, Ricardo Jose Macedo de Britto Pereira, e do diretor financeiro da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT), Sergio Eduardo Correia da Costa Gomide. O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, também esteve presente na ocasião. **N**

Entidades do Ministério Público discutem assuntos de interesse da categoria

Os integrantes do Grupo Representativo do Ministério Público se reuniram, no dia 21 de setembro, na sede social da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram da reunião, que discutiu assuntos como a aplicabilidade do tempo ficto aos membros do MP e o exercício de atividade político-partidária por promotores e procuradores.

O grupo discutiu, também, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 48 de 2009, em tramitação no Senado, que trata de férias forenses.

Além da diretoria da ANPT, participaram da reunião os presidentes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), César Mattar Jr., da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Marcelo Weitzel, da AMPDFT, Carlos Alberto Cantarutti, da Associação



ANPT foi uma das entidades que participaram da reunião do Grupo Representativo do MP

Foto: Ascom/ANPT

Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha, e os representantes do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ) Jarbas Soares e Leonardo Araújo Marques e da Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro (Amperj) Eduardo Gussem. **N**

Colégio de delegados da ANPT realiza primeira reunião em Brasília



Foto: Ascom/ANPT

Grupo discutiu temas de interesse dos associados

O colégio de delegados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) esteve reunido no dia 16 de setembro, em Brasília, em reunião conjunta com a diretoria da entidade. Essa é primeira vez que os delegados viajam exclusivamente para discutir os interesses da categoria, na sede da Associação.

Na ocasião, o grupo elegeu o novo presidente e vice-presidente do colégio de delegados da ANPT, o procurador regional do Trabalho Jairo Lins de Sento-Se, da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da Bahia, e a procuradora Vera Lucia Carlos, da PRT de São Paulo.

Entre os principais assuntos abordados esteve a tentativa de aproximação dos

associados com a entidade. Os delegados desempenham papel importante no sentido de que estão em contato mais próximo com os procuradores de suas Regionais e podem trocar informações de maneira mais direta e frequente com eles.

Foram discutidos, também, como devem ser tratados os pedidos de assistência judicial e extrajudicial de associados, as novas possibilidades para celebração de convênios com entidades e empresas no âmbito das respectivas Regionais e a necessidade de incentivar o acesso, por parte dos associados, à página da ANPT, onde estão publicados os balancetes e convênios, por exemplo. Debateu-se, ainda,



Foto: Ascom/PRT-BA

Jairo Lins de Sento-Se é o novo presidente do colégio de delegados

os critérios para a concessão de verbas de apoio a eventos, entre outros temas relacionados à categoria. **N**

Diretoria da ANPT define últimos preparativos para o 22º ENPT



Foto: Ascom/ANPT

22º ENPT e XVI CNPT foram alguns dos temas abordados na reunião

A diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) esteve reunida nos dias 15 e 16 de setembro, na sede da entidade, em Brasília. Na pauta de assuntos discutidos estavam os últimos detalhes para o 22º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT) realizado na Bahia entre os dias 21 e 24 de outubro. O grupo definiu, também, as primeiras providências para a realização do XVI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT). **N**

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200.
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA PORCÃO Endereço: SCES Tr 2 conjunto 35 Brasília – DF Pessoa de contato: Robson Bezerra Bittencourt Telefone: 61 3223-2002	Desconto de 10% a 20%	O associado terá direito ao desconto de 20% sobre a tarifa integral cobrada nos serviços de rodízio praticados nas lojas do Rio de Janeiro e Niterói e de 10% em Recife, Belo Horizonte
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Telefone: 61 3225-0870	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3262-5751 ou 3262-5750 Agencia TST
COOMARCA Endereço: Av. Hercílio Luz, nº 636, salas 1007/1108. Florianópolis – SC Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino Telefone: 48 3222-9577 Fax: 48 3222-4742	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha para os associados domiciliados em Santa Catarina.	O associado deverá entrar em contato pelos telefones: 48 3222-9577 e 3222-4742
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
BANCO SUDAMERIS	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3245-6711
UNIBANCO	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3225-6002
GRUPO CAO A (HYUNDAI, SUBARU E FORD) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%).	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e solicitar declaração junto a ANPT comprovando que faz parte do quadro associativo.

Competência da Justiça do Trabalho é tema de palestra com vice-presidente da ANPT

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, foi palestrante durante o 2º Seminário de Direito e Processo do Trabalho de Campina Grande (PB), no dia 23 de setembro. No evento, promovido pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região (Amatra-13), o procurador falou sobre a competência da Justiça do Trabalho para o julgamento de questões trabalhistas no âmbito da administração pública e sua relação com a efetividade processual.

Para Azevedo Lima, a Justiça trabalhista julga de forma célere as ações submetidas à sua apreciação, aí incluídas as Ações Cíveis Públicas (ACP's) movidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) tratando do combate a contratações irregulares de pessoal. Estas praticadas por maus gestores que se valem dos cargos públicos como moeda eleitoral e, ainda, como forma de aumentar os rendimentos familiares, por meio da contratação indiscriminada de parentes e apadrinhados em geral. Segundo ele, a situação é grave e tem repercussão direta nos casos de corrupção. “Os contratados irregularmente não têm compromisso com a sociedade, mas sim com aqueles que os admitem de maneira ilícita nos quadros da Administração”, afirmou.

O palestrante lembrou que procuradores do Trabalho lotados nas mais diversas localidades do país têm, há vários anos, uma atuação exemplar no combate a esse tipo de irregularidade, obtendo resultados significativos. Exemplo disso a substituição de centenas de milhares de trabalhadores contratados de forma ilícita por concursados. Essa atitude possibilita o acesso aos cargos públicos por meio de critérios objetivos e isonômicos. Esses cargos eram anteriormente ocupados pelos chamados “amigos do rei”.

Foto: Ascom/Amatra13



“A Justiça trabalhista julga de forma célere as ações submetidas à sua apreciação”

Mas essa atuação, segundo ele, encontra-se ameaçada em decorrência de uma interpretação cada vez mais restritiva da competência da Justiça do Trabalho, mediante posicionamento que vem se firmando no Supremo Tribunal Federal (STF). O STF, com base em reclamações constitucionais que teriam por finalidade resguardar a autoridade da decisão liminar proferida por aquela Corte nos autos da ADI 3395, viria, na realidade, afastando-se a passos largos da referida decisão, uma vez que teria tirado da competência da Justiça trabalhista apenas os casos que envolvem servidores vinculados à Administração por relação estatutária típica, a qual não se configura no caso de uma contratação ilícita e, por conseguinte, nula.

O procurador ressaltou ainda a estranheza quanto ao fato de que essa redução da competência da Justiça especializada venha se dando, contraditoriamente, após a Emenda Constitucional 45. A Emenda

da, no que tange à Justiça do Trabalho, teve por objetivo a ampliação de sua competência, jamais a redução a patamares inferiores ao que existia anteriormente.

Foram apresentados durante a palestra, também, dados estatísticos que demonstram que parte significativa das causas em trâmite na Justiça do Trabalho envolvem questões trabalhistas no âmbito da Administração Pública. Isso acontece, principalmente, em locais de economia incipiente, onde o setor público figura muitas vezes como o maior empregador e que, apesar disso, as taxas de congestionamento de tal ramo do Judiciário são muito menores que as existentes nos demais.

Por esse motivo, aponta Azevedo Lima, “não faria sentido retirar toda uma gama de processos de uma Justiça que os está julgando com celeridade e eficiência e passá-los para outros ramos que já se encontram assoberbados e, em alguns locais, próximos do colapso, de acordo com dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”.

Ao final, o palestrante tratou de medidas que vêm sendo adotadas para reverter esse quadro nos campos institucional, associativo e legislativo. Ele assegurou que a ANPT, assim como a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), tem atuado com afinco na defesa da competência da Justiça trabalhista, inclusive por meio do acompanhamento do trâmite da ADI 3395, que tem ambas as entidades como *amici curiae*.

O vice-presidente mencionou, ainda, o acompanhamento da PEC 294/2008, em tramitação na Câmara dos Deputados e que visa deixar explícita no texto constitucional a competência da Justiça do Trabalho para as questões trabalhistas no âmbito da Administração Pública, inclusive nos casos de contratações irregulares. **N**

O vice-presidente mencionou, ainda, o acompanhamento da PEC 294/2008, em tramitação na Câmara dos Deputados e que visa deixar explícita no texto constitucional a competência da Justiça do Trabalho para as questões trabalhistas no âmbito da Administração Pública, inclusive nos casos de contratações irregulares. **N**



CBU09BB



BF960AR

BF760AB

Aproveite já os lançamentos de Brastemp e Consul no Compra Certa!

Todos os produtos em 12x sem juros!



Refrigerador Brastemp Clean Frost Free | BRM42EB

De: R\$ 1.999,00

Por: **R\$ 1.529,00**

Em até **12x de R\$ 127,40**

24% de desconto



Refrigerador Consul Biplex Frost Free | CRM33EB

De: R\$ 1.399,00

Por: **R\$ 1.049,00** à vista

Em até **12x de R\$ 87,40**

25% de desconto

Micro-ondas Brastemp Maxi Gratine | BMG35AB

De: R\$ 449,00

Por: **R\$ 349,00** à vista

Em até **12x de R\$ 29,10**

22% de desconto



Fogão Brastemp Active Timer | BF750BB

De: R\$ 899,00

Por: **R\$ 649,00** à vista

Em até **12x de R\$ 54,10**

28% de desconto

Refrigerador Consul Bem Estar Frost Free | CRM45AB

De: R\$ 2.049,00

Por: **R\$ 1.489,00** à vista

Em até **12x de R\$ 124,10**

27% de desconto



Lavadora Brastemp Active! | BW11A

De: R\$ 1.399,00

Por: **R\$ 1.139,00** à vista

Em até **12x de R\$ 94,90**

19% de desconto



Acesse o site

www.compracerta.com.br/corporativo

• Clique em para comprar, digite seu e-mail e senha. Caso não seja cadastrado, clique em primeiro acesso e digite o código anpt7.



Ou ligue agora!

4004 0019 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 722 0019 (demais localidades)

• Tecle a opção 3 e informe seu código: anpt7.



Descumprimento de TAC pode ser resolvido com aplicação de obrigações alternativas que beneficiam trabalhadores

Foto: Ascom/MPT-RJ



A procuradora do Trabalho da Regional do MPT no Rio de Janeiro Érica Bonfante acredita que a iniciativa diminui a “frieza” da lei e ajuda a garantir a efetividade do direito social

objetivo da indenização e do fundo não somente a reparação daquele bem específico lesado, mas de bens a ele relacionados.

O que é necessário, então, para que essa prática seja utilizada com mais frequência?

É necessária a sensibilização dos operadores do direito, por meio da iniciativa do MPT, a concordância do investigado ou do réu e, dependendo do caso, a anuência do Poder Judiciário Trabalhista quando a matéria já estiver judicializada. Trata-se de trabalho que visa harmonizar ações positivas de todas as partes considerando as circunstâncias do caso concreto e a necessidade de uma melhor e efetiva recomposição dos bens lesados.

Inclusive, tenho muita satisfação e alegria em promover negociações que visam à celebração de acordos, sempre tendo por escopo a destinação de recursos em prol da sociedade. Paralelamente, tenho observado, também, que o envolvimento do investigado em tais projetos promove o regate de sua autoestima, então abalada pela aplicação da penalidade e, não raro, esse envolvimento acaba por levá-lo além do pactuado, por vontade própria. De passagem, o efeito pedagógico da medida se mostra mais eficaz do que o mero recolhimento da multa original.

No mês de setembro uma empresa de posto de gasolina reverteu o valor da multa devida, por descumprimento de cláusula de um TAC, em cestas básicas para uma entidade filantrópica. Como foi esse processo?

Em junho de 2008, foi firmado um TAC com o posto de Gasolina DR March LTDA., ocasião em que a empresa assumiu as obrigações de registrar todos os seus empregados, ano-

tando-se as suas carteiras de trabalho e Previdência Social, não se valendo de empresa interposta ou cooperativa para fugir de sua obrigação. Comunicar qualquer mudança de endereço ou alteração na estrutura societária e de capital e entregar de seis em seis meses cópia do registro de empregados na sede do MPT, até junho de 2009. Todavia, a empresa descumpriu o acordo, ensejando, conseqüentemente, a incidência da multa estipulada no valor de mil reais, por trabalhador e por dia. Em seguida, foi designada audiência administrativa para o dia 17 de agosto de 2010, oportunidade em que a empresa concordou em firmar acordo extrajudicial com o MPT, a fim de adimplir a multa incidente pelo descumprimento do TAC, comprometendo-se a promover a aquisição de vinte cestas básicas por mês, durante trinta e seis meses, além de recolher em favor do FAT a quantia de R\$ 50.

A medida foi adotada porque, antes do trabalhador despender suas energias para seu patrão, ele necessita do alimento material, daí a importância da destinação do valor da multa negociada em obrigação alternativa com finalidade social. O Centro Espírita Servidores de Jesus foi o escolhido por desenvolver projeto social compatível com a natureza da obrigação alternativa eleita. A entidade distribui cestas básicas mensais para famílias carentes previamente cadastradas, por meio de um trabalho assistencial que se realiza no primeiro domingo de cada mês, direcionado exclusivamente à comunidade do lixão de Itaoca, em São Gonçalo O MPT teve por objetivo com a adoção de tal medida a implementação do direito fundamental à alimentação, cumprindo, assim, sua missão institucional de zelar pela efetividade das liberdades públicas. **N**

A reversão do valor de multas em bens para instituições e em campanhas educativas tem se tornado cada vez mais frequente no âmbito do MPT. Qual sua opinião sobre isso?

Sou absolutamente favorável à conversão de multa nesses moldes. Embora a iniciativa demande grandes esforços do MPT no sentido de romper barreiras e paradigmas, o resultado tem se mostrado extremamente realizador, quebrando a frieza da lei. Diversos são os exemplos em todo o país, o que denota que o MPT encontra-se em perfeita sintonia com a sociedade e conectado com seus reclamos, o que só dignifica o exercício e o desempenho de nossas funções institucionais.

De forma fundamentada, adoto entendimento que é possível a mitigação do valor da multa cominada em termo de compromisso, assim como, em caso de descumprimento do TAC, haver substituição da sanção por obrigação alternativa que guarde consonância com o interesse público perseguido no ajuste, flexibilizando, assim, o artigo 5º, § 6º c/c artigo 11 da Lei nº 7.347/85. Soma-se, ainda, o fato de que atualmente vem se flexibilizando a idéia de “restituição dos bens lesados” referida na parte final do artigo 13 Lei nº 7.347/85, para se considerar como

Marinha do Brasil agracia coordenador regional da CONATPA

O procurador do Trabalho e coordenador regional da Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (Conatpa) do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Rondônia, Ângelo Fabiano Farias da Costa, foi homenageado com uma placa de agradecimento, pela Marinha do Brasil, por meio da Delegacia Fluvial de Porto Velho (RO). O procurador recebeu a placa das mãos do delegado capitão-de-corveta Ubirajara Luberiaga Junior.

Ao agradecer a homenagem, o coordenador ressaltou que é ao Ministério Público do Trabalho (MPT) que a Delegacia Fluvial da Marinha está reconhecendo méritos. Sua preocupação em colaborar para que a atuação da Marinha brasileira seja facilitada, por meio dos caminhos necessários para realizar sua missão



Procurador teve seu trabalho reconhecido pela Marinha do Brasil

Foto: Ascom/PRT-RO

constitucional nos rios da Amazônia, apenas reflete o anseio dos integrantes do MPT em defender, de todas as formas, os direitos coletivos dos trabalhadores brasileiros e da sociedade como um todo. Na ocasião, Farias da Costa lembrou que

a Coordenadoria Nacional do Trabalho Aquaviário e Portuário, ainda neste ano, deve desenvolver atividades nos portos da região por meio de uma força tarefa composta por procuradores do Trabalho e auditores fiscais do Trabalho, com apoio da Polícia Federal.

A placa de reconhecimento entregue ao procurador, além da mensagem, é encimada com uma gravura esculpida em madeira na qual o artista regional Evandro Pires retrata um cenário amazônico presente no dia a dia do morador das margens dos rios, cujo meio de transporte é a canoa. O quadro traz ainda uma arara, uma vitória régia e uma cabana de palha, habitação característica das localidades ribeirinhas, distantes dos centros urbanos. **N**



Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador

A quarta edição do livro “Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador”, de autoria do procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho de Campinas

Raimundo Simão de Melo, foi lançado pela editora LTr. O livro aborda o meio ambiente do trabalho seguro e adequado como um direito humano fundamental do trabalhador.

A obra esclarece ainda que diante do descumprimento desse direito responde o empregador e tomador de serviços por danos material, moral (individual e coletivo), estético e pela perda de uma chance, cujas indenizações podem atingir altas somas. O autor do livro lembra que o mais importante não são as indenizações em si, mas a sua finalidade, que é compensar as vítimas, punir os infratores da lei e alertá-los para prevenirem os riscos à saúde do trabalhador. **N**

Procuradora aposentada recebe homenagem do MPT

Após anos de dedicação ao Ministério Público do Trabalho (MPT) em Minas Gerais, a procuradora do Trabalho Silvana Ranieri se aposentou, em junho. No dia 13 de outubro, ela recebeu uma homenagem do MPT pela sua contribuição à instituição. Emocionada, Silvana Ranieri recebeu das mãos do procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito, uma placa com sua foto e a frase da escritora Cora Coralina “O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.

O procurador-chefe do MPT em Minas Gerais, Arlélio Lage, ressaltou a importância de reconhecer o trabalho daqueles que se dedicaram à Regional. “Justa a homenagem que o Ministério Público faz aos colegas aposentados. Já é de costume desta Regional prestigiar todos aqueles que se aposentam. Desejamos nossas sinceras homenagens à Silvana e que essa nova fase de sua vida seja repleta de sucesso e felicidades”. **N**



Foto: Ascom/PRT-MG